



## PARECER JURÍDICO

REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI NÚMERO 0061, DE 22 DE JULHO DE 2025, DE AUTORIA DO PREFEITO MUNICIPAL, QUE DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIDADE PELO DERRAMAMENTO DE MATERIAIS EM VIAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BOTUCATU, ESTABELECE PENALIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Prefeito Municipal, que dispõe sobre a responsabilidade pelo derramamento de materiais em vias públicas no âmbito do município de Botucatu, estabelece penalidades e dá outras providências.

A matéria, além de ser de interesse local (art. 30, I, CF), também se insere na competência do Município, pois cabe a este “*proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas*”, conforme previsto no artigo 23, VI da Constituição Federal (correspondente ao art. 6º, inciso VI da Lei Orgânica do Município).

Consta da exposição de motivos do Secretário da Pasta o seguinte:

*Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal.*

*O presente projeto de lei tem por escopo obter autorização legislativa para dispor sobre a responsabilidade pelo derramamento de materiais em vias públicas no âmbito do Município de Botucatu, estabelece penalidades e dá outras providências.*

*A presente proposta visa preservar a integridade das vias públicas, prevenir acidentes de trânsito, promover a responsabilidade ambiental e coibir práticas irregulares e negligentes por parte de empresas e transportadores.*

*Os constantes derramamentos de materiais como entulho, areia, óleo e chorume nas ruas representam riscos à população e geram custos públicos com limpeza e atendimento de ocorrências evitáveis.*

*Aguardamos assim, que o presente projeto de lei seja enviado à Câmara Municipal, para a aprovação dos Senhores Vereadores.*

*Respeitosamente,*

**Lucas Trombaco da Silva**  
Coordenador da Defesa Civil

**Bianca Picado Gonçalves**  
Secretária Municipal do Meio Ambiente

Tal iniciativa encontra respaldo na própria Lei Orgânica Municipal, diante do que preceitua seus artigos 154, 155 e 170:



## **CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU**



*Art. 154 Cabe ao Poder Público Municipal, instalar e manter sistemas de coleta, processamento e destinação de lixo doméstico e urbano, garantindo o contínuo aprimoramento do sistema, de acordo com os avanços tecnológicos do setor.*

*Parágrafo único. O Município estabelecerá, em lei ordinária, a regulamentação da coleta e destinação de resíduos contaminantes ou nocivos à saúde, sejam eles de natureza biológica, física e química.*

*Art. 155 Os critérios, locais e condições de deposição final de resíduos sólidos domésticos, industriais e hospitalares deverão ser definidos por análise técnica, geográfica e geológica.*

*Art. 170 O Poder Público Municipal estabelecerá, na forma de lei, a política das ações e obras de Saneamento Básico do Município, que abrangerá: Sistema Público de Abastecimento de Água Potável; Sistema Público de Coleta, Afastamento, Tratamento e Disposição Final das Águas Residuárias Urbanas Domésticas e Industriais; Sistema de Coleta, Tratamento e disposição Final dos Resíduos Sólidos Urbanos Domésticos e Industriais, Drenagem Urbana e Rural, respeitando os seguintes princípios:*

Além do mais, o projeto em análise tem alicerce constitucional no parágrafo 3º do artigo 225 da Constituição Federal, segundo o qual:

*§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.*

Conforme se verifica da justificativa, pretende-se adicionar infrações administrativas pelos danos causados.

Ademais, estão sujeitos os responsáveis indireta ou diretamente por veículos de transporte de materiais de construção, óleo diesel ou outros combustíveis, entulho, chorume e outros materiais inservíveis ou poluentes que possam causar acidentes ou prejuízos à saúde pública.

Ademais, todo o lixo coletado deve ter destino adequado, não podendo ser disposto de forma irregular, pois tem efeitos negativos quando são coletados, transportados e disposto de forma incorreta, tais como assoreamento de rios e córregos, entupimento de bueiros com consequente aumento de enchentes nas épocas de chuva, além da destruição de áreas verdes, mau cheiro, proliferação de moscas, baratas e ratos, todos com graves consequências diretas ou indiretas para a saúde pública.

Desse modo, a proposta visa melhorar a fiscalização ambiental no município, punindo e prevenindo os crimes ambientais de derramamento, despejo, acúmulo ou abandono dos materiais mencionados, sendo fiscalizados pela Guarda Civil Municipal, Defesa Civil, agentes de trânsito e agentes de fiscalização, bem como à Secretaria de Obras e Secretaria de Meio Ambiente.

Nesse passo, percebe-se que a iniciativa deste Projeto de Lei é de competência exclusiva do Poder Executivo, por tratar-se de vinculação de serviços





# CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU



específicos, determinando a efetiva fiscalização por órgãos municipais da Administração Direta.

A propositura tem base na efetivação do poder de polícia, que é o instrumento de que dispõe a Administração para, dentro dos parâmetros legais, resguardar o interesse geral ante os interesses nocivos dos particulares, adequando estes ao bem estar social.

Cabe citar o conceito de Poder de Polícia trazido pelo artigo 78 do Código Tributário Nacional:

*“Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos”.*

Segundo Meirelles (2012, p.137) “[...] Poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade e do próprio Estado”.

Sintetizando os diferentes conceitos apresentados, o Poder de Polícia é um instrumento essencial para a sociedade, por meio do qual o Estado regula as atividades praticadas por particulares, visando assegurar a preservação aos interesses da coletividade, atendendo ao Princípio da Supremacia do Interesse Público.

Em face de todas as considerações acima expostas, esta Procuradoria Legislativa opina pela constitucionalidade e pela legalidade do presente projeto de lei, visto ter o mesmo se pautado pela competência legislativa conferida pelos incisos I e II, do art. 30, c/c o inciso VI, do art. 23, ambos da CF/88, com atuação da competência legislativa suplementar dada pela Lei Federal nº 12.305/10 (Lei de Resíduos Sólidos).

Também não se identificou nenhuma lesão ou violação à regra ou princípio constitucional, estando as restrições impostas pelas normas de polícia em questão, dentro de uma margem de segurança estabelecida em prol do interesse comum, de forma ponderada e em concordância prática com outros princípios constitucionais, em um tema de extrema importância para a saúde pública, expresso pelos diversos aspectos vinculados ao âmbito político-administrativo da vigilância sanitária.

Conforme já explanado, o Projeto de Lei é de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo, por tratar-se de vinculação a realização de serviços específicos, aplicando também o disposto no artigo 32, parágrafo único, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

O *quorum* para deliberação pelo Plenário desta Casa de Leis é o de **maioria absoluta**, conforme estabelece o artigo 40, II, “i” do Regimento Interno da Câmara Municipal de Botucatu (RI), ao tratar de matéria vinculada, no caso as Secretarias que serão responsáveis pela fiscalização.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU**



Assim, o Projeto de Lei, para ser aprovado, deverá contar com votos favoráveis de mais da metade dos membros da Câmara Municipal de Botucatu (artigo 39, § 2º do RI).



Cabe salientar que o projeto em apreço deve ser encaminhado às Comissões temáticas pertinentes, notadamente, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, à Comissão de Meio Ambiente e Comissão de Saúde, Bem-estar e Proteção.

Portanto, o Projeto de Lei não padece de vícios regimentais, legais ou constitucionais e deve ser apreciado pelo Plenário da Câmara Municipal de Botucatu, cabendo aos nobres Vereadores desta Casa de Leis a sua análise e a deliberação quanto ao mérito.

Este o parecer, salvo melhor juízo.

Botucatu, 20 de agosto de 2025.

Paulo Antonio Coradi Filho  
Procurador Legislativo – OAB/SP nº 253.716

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - 065T-087E-K394-YB9E  
Para validação acessar: <https://camarabotucatu.sp.gov.br/consulta/documentos/autenticar>



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU



## Assinaturas Digitais



O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Botucatu. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://camarabotucatu.sp.gov.br/consulta/documentos/autenticar?chave=065T087EK394YB9E>, ou vá até o site <https://camarabotucatu.sp.gov.br/consulta/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 065T-087E-K394-YB9E**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - 065T-087E-K394-YB9E  
Para validação acessar: <https://camarabotucatu.sp.gov.br/consulta/documentos/autenticar>